

## Fórum ecológico

Philip Fearnside

## Lixeira do problema social

**T**odos sabem da importância de proteger o meio ambiente. No Brasil, o problema maior não é, propriamente, a ausência de ações nessa área. É a falta de transparência nas decisões tomadas pelo governo. O caso da Amazônia é exemplar. Cada órgão atua na região de maneira diferente. Frequentemente, batem cabeça e colhem resultados opostos. Enquanto os fiscais do Ibama são pagos para proteger a floresta, as serrarias são isentas de pagar imposto de renda. Na prática, é como se o governo estivesse pagando para as madeireiras desmatarem a Amazônia. O Incra não está nada interessado em conservar a selva intacta. Esse órgão usa o dinheiro público, a mesma fonte de recursos do Ibama, para promover assentamentos cujo resultado imediato é a destruição da floresta.

O Brasil poderia tomar como exemplo, na área de meio ambiente, o que os Estados Unidos fizeram com o uso da energia nuclear. Até o acidente com um reator na Pensilvânia, no final dos anos 70, um mesmo órgão era responsável pela coordenação, administração e fiscalização do programa. Após o acidente, que deixou todo o país alarmado, as funções foram individualizadas e regulamentadas. A coisa ficou pública, transparente e passou a funcionar. Antes disso, os problemas estavam camuflados. O ideal é que um órgão se encarregue apenas de fiscalizar e analisar o impacto ambiental que grandes projetos podem causar à Amazônia. Assim tudo seria mais claro.

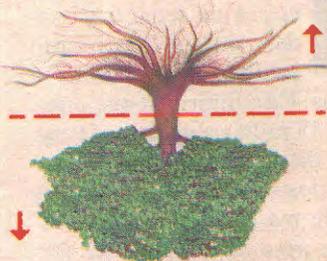
Seria insensato e irreal proibir assentamentos de famílias sem-terra na Amazônia. Afinal, existem lá mais de 5 milhões de quilômetros quadrados de área. O que está errado é o método utilizado pelo Incra para deter-

minar onde serão realizados os assentamentos. Como o governo não quer encrenca com os grandes fazendeiros, que detêm porções gigantes de terra já desmatada, coloca os sem-terra em áreas de floresta. As famílias, então, começam a derrubar tudo o que podem para ter onde iniciar sua plantação. O Incra precisa conscientizar-se de que não pode continuar distribuindo áreas de floresta para assentamentos. Caso contrário, o risco de incêndio, como o que atingiu Roraima no início deste ano, será cada vez maior. A região mais afetada pelo fogo em Roraima foi o Apiaú, local escolhido pelo próprio Incra para assentar famílias de sem-terra há dezessete anos. Posso afirmar, com toda a segurança, que se esse e outros assentamentos não tivessem acontecido, o estrago que o fogo causou lá teria sido bem menor.

O incêndio em Roraima foi apenas um aviso do que pode estar por vir. Se todos os órgãos do governo não se preocuparem com a região amazônica da mesma forma, estaremos sempre na iminência de outras tragédias como a de Roraima. Devastação florestal por assentamento ou atividade madeireira torna o terreno muito mais suscetível a queimadas. E, no entanto, de certa maneira, é o próprio governo que está promovendo isso, por falta de organização. A sociedade precisa e tem o direito de saber que projetos estão sendo executados com o apoio do poder público na maior floresta tropical do mundo. Chegou o momento de parar de tratar a Amazônia como a lixeira dos problemas sociais do país.

*Philip Fearnside é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Inpa*

### Ao apoiar serrarias e assentamentos na floresta, o governo promove destruição



vastação florestal por assentamento ou atividade madeireira torna o terreno muito mais suscetível a queimadas. E, no entanto, de certa maneira, é o próprio governo que está promovendo isso, por falta de organização. A sociedade precisa e tem o direito de saber que projetos estão sendo executados com o apoio do poder público na maior floresta tropical do mundo. Chegou o momento de parar de tratar a Amazônia como a lixeira dos problemas sociais do país.



### Área verde

▶ A pesca ilegal, inclusive por navios estrangeiros, é comum na costa brasileira. A Marinha comprou quatro navios de segunda mão da Inglaterra para tentar fiscalizar os pesqueiros. O primeiro navio atracou na semana passada no Recife. Calcula-se que seriam necessários pelo menos vinte navios para fazer a vigilância.



▶ Testes feitos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas mostram que há uma queda significativa na emissão de poluentes quando o óleo diesel usado como combustível tem adição de álcool hidratado. O governo estuda adotar a mistura no diesel em caminhões e ônibus.

▶ Um trabalho de dois anos de tratamento de água e controle de poluentes conseguiu recuperar o Ribeirão São João, no interior de Minas Gerais. O ribeirão, que faz parte da Bacia do São Francisco, estava ameaçado de perder toda a sua fauna. A recuperação custou 600 000 reais.

▶ O Ibama prorrogou por mais dois anos o prazo para fazer um inventário sobre a quantidade de mogno, uma das madeiras mais valiosas do mundo. O primeiro prazo venceu neste mês e o levantamento mal começou. Até o inventário ser concluído, o corte e a exportação de mogno ficam restritos.

